

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)

8 mar 2017 | O Globo

Contradições levam Benjamin a determinar acareação entre Odebrecht e ex-executivos

Para defesa de Temer, inconsistências devem ser esclarecidas; encontro será na sexta

-BRASÍLIA- O ministro Herman Benjamin, relator das ações no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que podem levar à cassação do mandato do presidente Michel Temer, determinou que seja feita uma acareação entre três ex-executivos da Odebrecht: Marcelo Odebrecht, Hilberto Mascarenhas e Cláudio Melo Filho. Eles já prestaram depoimentos, mas agora estarão juntos na mesma audiência, marcada para as 16h da próxima sexta-feira.



GERALDO BUBNIAK/25-5-2015

Frente a frente. No TSE, Marcelo Odebrecht será confrontado com ex-colegas

Para a defesa de Temer, haveria contradições nos depoimentos. Na semana passada, Marcelo Odebrecht, que está preso em Curitiba em razão da Operação Lava-Jato, afirmou que 80% do doado à campanha foi caixa 2. Ele também disse que não tratou de valores de doações ou propina com Temer. Segundo ele, a negociação com o PMDB foi feita por meio do ministro licenciado da Casa Civil, Eliseu Padilha. Marcelo Odebrecht teria dito que foi ele quem definiu o valor de R\$ 10 milhões para o PMDB. Já Cláudio Melo filho teria dito que a cifra fora definida em conversa com o ministro Eliseu Padilha. PEDIDO DE PROVAS A MORO Hilberto Mascarenhas e Cláudio Melo Filho prestaram depoimento na última segunda-feira, no próprio TSE. Ex-diretor de Relações Institucionais da

Odebrecht, Melo Filho confirmou que participou de um jantar com Temer, em 2014, no qual o peemedebista pediu à construtora apoio financeiro para as campanhas do partido nas eleições daquele ano. Mas também disse que Temer usou a expressão "apoio financeiro" e que não foi definido diretamente com ele quanto seria repassado.

O ministro Herman Benjamin também solicitou que o juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, compartilhe provas que estão em seu poder. Moro é o responsável pelas ações criminais da Operação Lava-Jato. O relator também determinou que os advogados de executivos e ex-executivos da Odebrecht apresentem provas que corroborem os depoimentos prestados por eles ao longo dos últimos dias. As medidas poderão atrasar ainda mais a conclusão do julgamento no TSE.

As ações foram apresentadas pelo PSDB, que pediu a cassação da chapa vencedora da eleição de 2014 e foram ajuizadas quando Dilma Rousseff ainda era presidente. Como ela sofreu o impeachment no ano passado, o julgamento no TSE poderá resultar no afastamento de Temer do poder. Ironicamente, o PSDB é o principal aliado do presidente hoje.

Herman Benjamin determinou também que os advogados dos executivos e ex-executivos da Odebrecht juntem nos autos "todos os dados de corroboração, de natureza documental, que lastreiem o depoimento prestado perante esta Justiça Eleitoral, no que diz respeito, especificadamente, ao objeto da presente Aije (Ação de Investigação Judicial Eleitoral), que é a eventual ocorrência de abuso de poder político e econômico na campanha da chapa Dilma-Temer em 2014". Como as delações da Odebrecht estão sob sigilo, o acesso aos documentos também será restrito às partes e ao Ministério Público.

Herman Benjamin diz que quer julgar o caso até abril, antes de mudanças na composição no TSE. Mas seus colegas acham difícil concluir até lá. O próprio ministro fica no tribunal até outubro, mas poderá ser reconduzido ao cargo. Uma possibilidade estudada por aliados de Temer é estender o processo até 2018, quando termina seu mandato. É possível que, numa eventual condenação, Temer perca apenas alguns meses de mandato.

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)

[Próxima notícia](#)